

# Jerusalém: rastreando a relevância

» QAIS SHQAIR  
Embaixador da Liga dos Estados Árabes no Brasil



Qual é a relevância dos últimos acontecimentos na Cidade Santa de Jerusalém, seus arredores e a Mesquita Sagrada de Al-Aqsa? Será que os palestinos entram em conflito com as forças armadas israelenses como a mídia ocidental defende? Atingir os fiéis enquanto rezam em sua mesquita ou assassinar Shereen Abu-Aqle, jornalista do canal Al-Jazeera, é um mero confronto com as forças armadas? Como podemos imaginar as forças policiais e do exército israelense atacando o funeral da jornalista assassinada? O que realmente está acontecendo na Cidade da Paz? O que faz um jovem palestino, com menos de 20 anos, sem formação política ou militar, ou experiência política passada, atacar israelenses presentes em todos os lugares ao seu redor, sufocando-o, sua família e seus companheiros de aldeia?

Quando a violência vai parar? E como? Isso é possível? Ou ainda está inacessível? Até que ponto é possível uma solução para o conflito na Palestina em comparação com outras disputas em outras partes do mundo? Todo palestino naturalmente levanta a mão, fazendo uma pergunta: por que a comunidade internacional é tolerante com uma crise e age decisivamente com outra? Como é que a ocupação da terra alheia é permitida em um caso e rejeitada em outro?

Para responder a essas perguntas, deve-se olhar para a causa raiz do conflito palestino, isto é, “ocupação”, a mais longa da história recente. Os palestinos são uma exceção em sua luta contra a ocupação? Exemplos de nações que lutam contra a ocupação existem em todo o mundo. Devemos nos referir ao direito internacional para enfatizar essa legitimidade?

É a vontade que nos falta, desde pessoas, Estados e governos até mídia e academia. Falta-nos a vontade de pôr fim ao círculo vicioso de derramamento de sangue que ainda está acontecendo há décadas. Se todos concordamos em rejeitar a ocupação, então por que testemunhamos — diariamente — eventos sangrentos nos locais sagrados de Jerusalém? Por que parecemos indiferentes? É suficiente expressar nossa preocupação, nosso profundo pesar pelas vítimas de ambos os lados da crise eterna?

A única e última razão de luta na região é a ocupação, enquanto a única saída é acabar com essa ocupação. A Mesquita de Al-Aqsa é um santuário ocupado, exclusivamente muçulmano (Waqf islâmico). Jerusalém Oriental e os territórios palestinos na Cisjordânia estão todos ocupados, ocupação esta reconhecida pela lei internacional.

Já é hora de enviarmos os maiores esforços diplomáticos para convencer Israel de que o fim da ocupação é para seu bem, do jeito que é bom para os palestinos e para a comunidade internacional. A falta de pressão adequada sobre Israel deu-lhe um

mandato ilegal para recorrer a balas, em vez de pensamentos e ideias para trazer paz e prosperidade à região. Lamentavelmente, o que está no terreno é uma política israelense unilateral continuada visando o status legal e histórico da Mesquita de Al-Aqsa, em uma tentativa de impor a divisão temporal e espacial, o que constitui uma violação flagrante ao direito internacional e às responsabilidades legais de Israel como a potência ocupante.

Uma nova versão da literatura política deve prevalecer no fluxo aberto de informações, na troca rápida de notícias, visões e ideias por meio das mídias sociais e da internet. O fluxo de informações tem garantido às mídias sociais um papel igual ao que a mass media desempenha não apenas na formação, mas também na direção da opinião pública. Certos lobbies da mídia não são mais capazes de defender uma parte da notícia. Assim, o verdadeiro contexto do conflito, a outra parte da história baseada em um apelo persistente para acabar com a ocupação israelense dos territórios palestinos deve receber um impulso. A outra versão da história deveria chamar Israel a respeitar a lei internacional.

O direito internacional deve ser a referência, não as crenças ideológicas. Autoridades de alto escalão da região alertaram recentemente contra um conflito religioso sobre os locais

sagrados de Jerusalém. O status quo dos locais islâmicos e cristãos na cidade sagrada de Jerusalém, que é concedido histórica e legalmente, ao Reino Hachemita da Jordânia, deve ser preservado e respeitado por Israel. É de fato a tarefa de todos, Estados, bem como a mídia e as opiniões públicas para pressionar pelo relançamento de um processo de paz negociado entre palestinos e israelenses. Chegou a hora de dar baixa no capítulo da última e mais longa ocupação existente na história recente.

A irrelevância no conflito palestino é tolerar com a ocupação israelense da terra, suas atrocidades contra os cidadãos palestinos, seu desafio ao direito internacional e a rejeição à legitimidade. O que é finalmente relevante é que todos respeitem a legitimidade da ONU, reforçando esta legitimidade através da implementação das resoluções relacionadas com a ONU que apelam ao fim da ocupação e estabelecem as bases para um Médio Oriente estável e seguro, com base na solução estatal, instituição de dois Estados independentes, com a retirada israelense das fronteiras anteriores a 5 de junho de 1967 e com Jerusalém Oriental como capital da Palestina, o Estado vizinho de Israel, o único parceiro capaz e passível de paz para Israel e para todos os países da região e de todo o mundo.

## Jornada mais digna para as mulheres com câncer de mama

» NIRA MIGUEZ  
Coordenadora de Projeto Social do Instituto Protea

Problemas públicos não são exclusivamente estatais. Todos da sociedade fazemos parte dos problemas — e também de suas soluções. Em nome dessa convicção, nasceu o CuidaMama, um projeto de saúde pública que tem como principal meta a redução da mortalidade por câncer de mama feminino, a partir de iniciativas que respeitam um olhar local, sensível e integrado para o cuidado. O projeto é ancorado na abordagem do Design Thinking, que coloca a usuária do serviço de saúde no centro do desenho das soluções, trazendo a sua história e as suas experiências para cada momento.

O Instituto Protea sentiu necessidade de entender a jornada da paciente com câncer de mama ao perceber que ela chegava ao mastologista do Hospital Santa Marcelina com o câncer de mama em estágio muito avançado, reduzindo as chances de cura. Essa iniciativa só pôde ser concebida graças à união entre agentes que trouxeram diferentes visões e expertises em torno de um mesmo propósito: os Institutos Protea e Tellus, em parceria com a Roche e o Instituto Avon. A grande inovação está em discutir o tema a partir da experiência real da usuária do sistema público ao longo da sua jornada, dando caráter aos dados e informações sobre o câncer de mama.

Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca), o câncer de mama é a primeira causa de morte por câncer na população feminina nas regiões mais populosas do Brasil. Uma das causas dessa mortalidade significativa é o diagnóstico tardio, que ocorre em 70% dos casos, ao mesmo tempo em que, conforme mostra o estudo Amazona III, trata-se de um tipo de câncer que apresenta grandes chances de cura se descoberto cedo, chegando a 95% para os casos detectados em estágios iniciais.

A pandemia da covid-19, no entanto, dificultou ainda mais o acesso ao sistema de saúde. Segundo o Radar do Câncer, do Instituto Oncoguia, a incidência do câncer de mama em estágio avançado saltou de 44%, em 2019, para 56% em 2021. Quando olhamos para o número de exames feitos na rede pública, as mamografias tiveram queda de 50%, enquanto as biópsias diminuíram 39%, entre 2019 e 2020.

Para ajudar a reverter esse triste cenário, o CuidaMama se baseia em três pilares, que envolvem a facilitação da comunicação entre mulheres e profissionais da saúde, a (re)organização da experiência do serviço de saúde, promovendo o acesso ao diagnóstico precoce e o cuidado integrado ao longo da jornada, e a identificação de novos parâmetros para o cuidado do câncer de mama, fomentando tecnologias e políticas públicas.

Em sua primeira fase, o CuidaMama conversou com mulheres, profissionais da saúde, gestores públicos e especialistas que trouxeram diferentes perspectivas sobre o tema do câncer de mama. O projeto mapeou a experiência da usuária do sistema público ao longo de todo o serviço de cuidado, identificando oportunidades para a realização do diagnóstico precoce e registrando as “dores” das pacientes durante a jornada. Por meio de um estudo organizado a partir da Pesquisa em Design, foi possível perceber como as ações dos diferentes atores garantem — ou não — a eficiência do serviço, abrindo espaço para a proposição de novos serviços e a melhoria da qualidade de vida das mulheres.

Atualmente, o projeto se encontra em um momento de cocriação, abrindo diálogo para refletir sobre as melhores maneiras de viabilizar o diagnóstico precoce e os cuidados adequados ao longo da jornada. Em uma iniciativa na qual a qualidade das experiências dos usuários com equipamentos de saúde e seu território é essencial para garantir o cuidado, acreditamos que pensar soluções com empatia e responsabilidade é pré-requisito.

Acreditamos nesse caminho para implantar soluções inovadoras e construir políticas públicas mais empáticas e humanas que colocam a saúde da mulher como prioridade, atuando no diagnóstico precoce e, com isso, diminuindo a mortalidade e o sofrimento das pacientes. O CuidaMama é um projeto que mostra como a união entre agentes que apresentam interesses e atuações distintas, em nome de um bem comum, pode trazer resultados benéficos à sociedade.

## Terceira via: o que seria desejável?

» LUIZ FELIPE GABRIEL GOMES  
Consultor de empresas e pesquisador de opinião pública e mercado

A grande discussão do momento: há vida além da guerra ideológica fratricida instalada na sociedade brasileira? Não importa a resposta, pois a verdadeira discussão de interesse da nação é esta: o que seria desejável para o país em termos de liderança? Qual o perfil do governante que daria conta do recado e botaria o país nos trilhos? Quem seria capaz de promover convergência na sociedade, encontrando os pontos de interesse coletivos, desprovido de julgamentos e críticas?

O mérito está justamente no exercício desse debate. Obviamente, trata-se de uma utopia ou mesmo a busca do ideal platônico na República. E tudo bem que não exista de fato esse santo homem ou mulher. Mas, se perdermos a capacidade de almejar um ideal que pelo menos sirva de parâmetro do que é desejável, não haverá mais esperança e sucumbiremos às vaidades de infindáveis grupos de poder, cada um puxando a balança para o seu lado e causando o desequilíbrio e, daí, a injustiça.

Tensionados pela crescente injustiça social, seja em relação à distribuição das riquezas nacionais, ou à péssima relação entre arrecadação e qualidade na oferta de serviços essenciais, o povo brasileiro clama por uma ruptura no modo de funcionamento do governo, manifestando-se regularmente quando empunha a bandeira e o espírito nacionalista.

O que representam Lula e Bolsonaro para o país neste momento? Qual deles oferece mais perspectiva de responder à mudança almejada pelos

brasileiros? O único fato certo é a permanência sazonal desse desejo de ruptura, encarnado por Bolsonaro na eleição passada, por Lula em 2002, Collor em 1989... Segundo o mais renomado cientista das mudanças sociais, o polonês Piotr Sztompka, a mudança se consolida apenas quando gera profundas reformas normativas e funcionais no Estado, recebendo daí o reconhecimento e o apoio da sociedade pelos resultados alcançados.

O Estado brasileiro promove a injustiça social por falta de uma convergência de interesses devido aos infinitos interesses corporativos e de grupos que, de fato, governam o país. Não se conhecem os reais interesses nacionais. Aqueles que estão acima das questões ideológicas e das paixões.

Ozires Silva relata ter ouvido em Estocolmo, de um membro do Conselho do Prêmio Nobel depois de algumas vodkas, que o Brasil ainda não recebeu nenhum Nobel porque, ao contrário de seus vizinhos, quando um nome é indicado surgem imediatamente reações contrárias e protestos vindos do próprio Brasil. E de fato isso é verdadeiro, comprovando a desorientação do país, com o corporativismo acima do interesse nacional, a falta de rumo, de nossos objetivos como nação, de convergência mínima em uma agenda essencial. De respeito aos que não podem se sentar à mesa das grandes decisões nacionais.

Na vida que segue, as mães precisam ter escola de qualidade para os filhos, do maternal à faculdade, para depois discutir detalhes do

conteúdo pedagógico. Da mesma forma, na saúde, primeiro vem a necessidade de dar atendimento pleno a todos os brasileiros, depois se discutem métodos de tratamento da doença A ou B. E assim por diante, estamos diante de gravíssimos problemas de infraestrutura portuária, as condições das estradas impedem o escoamento de nossas safras, falta ferrovia, falta energia elétrica para suprir a demanda, falta água e esgoto para muita gente e, por incrível que pareça, a pauta da eleição presidencial é puramente ideológica. De alguma forma essa ilusão camufla e impede o enfrentamento dos problemas do mundo real.

Por isso, a importância de discutir a terceira via na eleição presidencial deste ano. O simples exercício dessa discussão pode nos ajudar a tatear algo que tenha a ver com uma verdadeira identidade nacional. Quais as mudanças normativas e funcionais são mais importantes para o país sair do atoleiro em que se encontra, provavelmente desde a sua fundação. Alguém poderá empunhar essa bandeira com absoluta legitimidade? Provavelmente não, mas há de plantar para depois colher. É a lei da natureza.

Para essa eleição, aparentemente não há chance para uma terceira via, exceto em caso de milagres, como o Ciro tirar um coelho da cartola como Marconi fez com o Nerso da Capitinga, ou caso o rinoceronte do zoológico se candidate e receba todos os votos de protesto como na eleição de 1959 em São Paulo. Fora isso, melhor exercitar a busca do ideal platônico.